

Edifício da antiga Sede da Freguesia de Roussas

Reunião Ordinária de 25-01-2023

Ata nº 2

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 20-01-2023

Operações Orçamentais	686.250,21€
Operações de Tesouraria	623.478,61€
Dóculos	0,00€

Início da reunião: 14:30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente deu início à reunião cumprimentou todos os presentes, com especial cumprimento ao atual Presidente da Junta e ao anterior Presidente da Junta de Roussas.

O Presidente disse que esta reunião era a primeira com cariz descentralizado do ano, tendo como habitual um período de intervenção do público.

Aproveitou para felicitar o Presidente da Junta da União de Freguesias de Vila e Roussas pelo trabalho realizado, em particular em Roussas tendo tido uma visão estratégica ao adquirir os terrenos situados junto ao cemitério da freguesia, possibilitando no futuro a criação de melhores condições de estacionamento e fruição do espaço público.

De seguida deu nota que teria apontado numa reunião anterior a data de inauguração da requalificação das Piscinas Municipais para o próximo dia 24 de janeiro, contudo tal não poderá ser possível, devido a atrasos na execução da obra, tendo-se reagendado para dia 7 de fevereiro, com a presença da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares Ana Catarina Mendes e da Secretario de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Correia.

Prosseguiu apresentando os documentos solicitados na reunião de Câmara anterior, pelos Vereadores da oposição, relativos às Quintas de Melgaço, o Protocolo com data de 1986 as deliberações da Autarquia no âmbito da doação das ações.

Solicitou a palavra o Vereador José Rodrigo, começou por saudar a mesa, todos os presentes e aqueles que acompanham a reunião via online, agradeceu ao Presidente da Junta o acolhimento. O primeiro assunto que apresentou, explicou que já o tinha falado informalmente com o Vice-Presidente e diz respeito a um prédio que confina com duas ruínas, na Carpinteira, esta situação preocupa bastante o proprietário, pelo que importa saber quais as diligências tomadas ao nível da Proteção Civil, uma vez que se verifica a existência de perigo, disse ainda, que teria estado no local e para além dos prédios em ruínas também constatou que o caminho possui algumas deficiências.

Requereu a palavra o Vereador Manuel Fernandes agradecendo a resposta pronta ao pedido de documentos, disse que tinham conhecimento que existe trabalho feito em relação às Quintas de Melgaço, estando um grupo de advogados envolvidos, contudo gostariam de perceber o ponto de situação e se é possível explicar o que se pretende fazer.

Continuou a sua intervenção referindo-se à colocação de rede nos Ribeiros, disse que já verificou que existe trabalho no terreno, contudo relativamente à rede móvel ainda não existe qualquer sinal, pelo que pediu se lhe poderiam apresentar a calendarização dos trabalhos.

Questionou ainda o Presidente da Câmara sobre se já existia alguma evolução sobre a possibilidade de se desenvolver a atividade de parapente, uma vez que Roussas é

também um exemplo de uma freguesia com condições para acolher esta prática, era importante perceber se já existe uma nova posição. Isto porque se verifica a prática desta modalidade em outros concelhos, estando a mesma a desenvolver-se com sucesso, em Melgaço podia também estar implementada e a trazer frutos, mesmo que com limitações impostas pela existência do Parque Eólico.

No seguimento das notícias do dia hoje que passam pela deslocação do Governo a Castelo Branco, como medida de descentralização, cumpre realçar que esses mecanismos não são os que efetivamente trazem soluções aos territórios de baixa densidade, mais importante que isso seria existir um estudo estratégico para o país que contrarie esta divisão entre o interior e o litoral. Disse que gostaria de registar que espera que esta ida do Governo a Castelo Branco se traduza em medidas que possam beneficiar o interior e que não se trate apenas de números televisivos.

Interveio a Vereadora Sónia Trancoso para pedir o esclarecimento da limpeza dos terrenos junto ao cruzamento para o Centro de Estágios, que na reunião anterior o Vice-Presidente explicou ser para o transbordo do transporte das eólicas, no entanto terá, posteriormente, surgido uma notícia que afirma ser para a implementação do hipermercado Coca.

O Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Vereadores, começou por esclarecer a questão do caminho da Carpinteira, explicando que apesar do concelho ser dos menos afetados no Alto Minho, as condições meteorológicas que se fizeram sentir também criaram constrangimentos, em especial na rede viária, situações para as quais já se realizou um levantamento, bem como o cálculo dos custos das intervenções a realizar, esse levantamento já foi remetido à CIM Alto Minho, que em conjunto com os dos restantes concelhos irá encaminhar para a CCDR-N, para se analisar a possibilidade de ser admitido apoio.

Em relação à questão dos prédios em ruínas, visto que se trata de uma questão de Proteção Civil pediu ao Vice-Presidente para se pronunciar.

O Vice-Presidente, José Adriano Lima, explicou que efetivamente o Vereador já lhe tinha comentado esta situação e que sabia que os serviços de Proteção Civil já se dirigiram ao local e determinaram que esta questão não consubstancia um problema de segurança pública, não estando, portanto, no âmbito das competências da Proteção Civil, mas sim uma situação de insalubridade, a qual já foi devidamente encaminhada para o serviço competente.

Prosseguiu o Presidente da Câmara, neste momento para responder as informações solicitadas pelo Vereador Manuel Fernandes, pelo que afirmou que era entendimento que a empresa deve ser adaptada às exigências da estrutura associativa. Efetivamente já há algum tempo que se está a desenvolver trabalho com o acompanhamento de consultores externos, existem neste momento possibilidades e opções de caminhos traçados, contudo não existe ainda uma solução definitiva. Neste sentido consideramos

que primeiro deve ser apresentada a solução aos acionistas e depois em momento próprio aos Vereadores.

Relativamente ao processo da fibra nos Ribeiros, o Presidente remeteu a palavra à Vereadora Fátima Sousa, uma vez que é quem se encontra a acompanhar a obra.

A Vereadora informou que na semana passada se deslocou aos Ribeiros com a equipa técnica do Município e dois elementos da Altice para verificar o ponto de situação e os passos seguintes. Afirmou que ao contrário do Vereador, tinha ficado muito satisfeita com a evolução. Neste momento a operação da fibra ótica para fins domésticos encontra-se concluída. Está neste momento a decorrer o licenciamento de duas torres, necessárias para a implementação dos restantes trabalhos, pelo que a Altice apontou para o início de maio a data de conclusão de toda a operação, contudo a Vereadora disse que apontava para final desse mês, pois podem sempre existir contratemplos. No entanto, trata-se de uma boa calendarização para uma operação complicada e que resultará num melhor serviço prestado à população.

O Presidente da Câmara explicou que em relação à prática de parapente foi já falado com a empresa responsável pelo Parque Eólico e existe um compromisso de ser reanalisado o parecer anterior, contudo ainda não foi remetida qualquer informação a esse respeito. É verdade que em outros concelhos já se pratica, mas também é verdade que no nosso concelho se fazem inúmeras coisas e se praticam vários desportos que não se fazem nos outros concelhos, pelo que devemos também valorizar o que já se faz e fomentar.

Relativamente aos territórios de baixa densidade o governo iniciou este projeto de descentralizar o Conselho de Ministros, não será este de Castelo Branco caso único. Efetivamente não lhe parece que se trate, tal como diz o Vereador, de um número televisivo, até porque este governo tem trabalhado esta área de forma relevante e com políticas próprias. Exemplos de iniciativas para contrariar a baixa densidade do interior são por exemplo os programas do +COESO, que permite mais emprego qualificado nas zonas do interior, e o qual teve impacto inclusive em Melgaço. Também ao nível do financiamento Melgaço já foi beneficiado, nomeadamente ao nível industrial que foi aberta linha específica para territórios de baixa densidade, por exemplo também ao nível da medida das Zona Industriais de nova geração, Melgaço foi contemplado precisamente porque foi tida em conta a densidade populacional, pelo que tem canalizado os investimentos para os territórios do interior para, desta forma, os alavancar. Este apoio que também se deveu à ousadia da Município, permitirá ao nosso concelho ser o primeiro do Alto Minho a fazer produção de hidrogénio verde. O Governo está atento as necessidades do interior, o que se tem traduzido em medidas que apoiam e projetam o futuro do interior, claro que nunca é suficiente e que é uma preocupação que já vem atrasada, pelo que há muito a fazer, e devemos ser os Municípios destas áreas a colocar os problemas em cima da mesa, bem como as soluções.

Esse caminho também se tem feito, neste momento ao nível da saúde, lamentavelmente a ULSAM não deteve a visão e ambição para fazer e levar ao centro de decisão os projetos necessários para resolver os problemas dos Centros de Saúde dos Alto Minho, bem como das valências dos mesmos. Foi a CIM Alto Minho que agarrou no processo e que levou a Lisboa as necessidades e as soluções que evidentemente não eram possíveis de ser pensadas por quem não conhece o território. E como esta questão há outras, por exemplo as florestas, o ICNF não garantiu a sua integração no PRR, efetivamente não restam dúvidas de que se esse processo fosse colocado à consideração dos Autarcas as florestas iriam integrar o PRR, pois quem está próximo do território e dos seus desafios sabem onde devem ser feitos os investimentos.

Interveio o Vereador Manuel Fernandes para congratular que o Município tenha determinado que os acionistas das Quintas de Melgaço sejam parte da solução, pois são os principais destinatários. Afirmou que partilhavam em absoluto que assim seja a forma de atuar. Mostrou ainda satisfação pelo avanço na reabilitação da Escola do Ribeiro.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

14. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. 23 de 09-11-2022 e a Ata n. 26 de 27-12-2022.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n. 23 de 09-11-2022.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n. 26 de 27-12-2022.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

15. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

16. Presente para efeitos de aprovação o Protocolo de Colaboração com a Federação Cabo Verdiana das Associações Comunitárias, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 10084 de 10-11-2021 e no uso da competência conferida pela alínea aaa) do n. 1, do artigo 33.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Protocolo de Colaboração com a Federação Cabo Verdiana das Associações Comunitárias.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

17. Presente para efeitos de aprovação o Protocolo de Colaboração com a Direção-Geral dos assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º432 de 17-01-2023 e ao abrigo das competências conferidas pela alínea r) do n.º1 do artigo 33.º, do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 setembro, a aprovação do Protocolo de Colaboração com a Direção-Geral dos assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

18. Presente para efeitos de aprovação as Normas de Participação - Semanas de Promoção do Vinho Alvarinho 2023, que ficarão anexas a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º421 de 17-01-2023 e ao abrigo da competência prevista na alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, em anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação das Normas de Participação – Semanas de Promoção do Vinho Alvarinho 2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

19. Presente para efeitos de aprovação, o Termo de Adesão - Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora (RAID), que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º448 de 17-01-2023 e no uso da competência conferida pela alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação do Termo de Adesão - Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora (RAID).

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

20. Presente para efeitos de aprovação as Normas de Participação na Festa do Alvarinho e do Fumeiro 2023, que ficarão anexas a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vice-Presidente, José Adriano Lima, apresentou o assunto, afirmou que as normas se mantêm muito semelhantes às de anos anteriores. Contudo, este ano com maior enfoque nos produtores de fumeiro que tem visto aumentados os valores afetos à atividade. Verificam-se alguns aumentos nos preços de venda ao público os quais foram concertados e definidos em reunião com todos os produtores.

O Vereador José Rodrigo interveio para dizer que cinquenta e seis por cento dos produtores, em especial os de fumeiro, efetivamente, verificam um agravamento dos custos, o qual está convenientemente justificado. Não obstante, existem outros aumentos que não se percebem, por exemplo ao nível da broa, em que existe o aumento de um euro no prato de duzentas gramas, 2,50€ é um valor que consideramos elevado, relativamente ao preço do kg.

O Vice-Presidente explicou que estes preços foram debatidos e definidos com os produtores, o valor do prato de broa foi aprovado por unanimidade, pois deve ter-se em conta, que se trata de broa caseira, que é cortada e colocada em prato, para além do preço de produção, também este trabalho deve ser contabilizado aquando do cálculo do preço.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 601 de 19-01-2023 e no uso da competência conferida pela alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação das Normas de Participação na Festa do Alvarinho e do Fumeiro 2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

21. Presente para efeitos de aprovação a minuta de protocolo de colaboração entre o Turismo de Portugal, I.P. e o Município de Melgaço no âmbito do Programa de Formação + Próxima, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 238 de 09-01-2023 e no uso da competência conferida pela alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta de protocolo de colaboração entre o Turismo de Portugal, I.P. e o Município de Melgaço no âmbito do Programa de Formação + Próxima.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

22. Presente para efeitos de ratificação a aprovação a proposta de isenção do pagamento de taxas devidas pela ocupação dos lugares da feira semanal e do Mercado Municipal durante os meses de janeiro a dezembro de 2023 no seguimento da situação pandémica provocada pelo COVID-19, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 245 de 09-01-2023 e no uso da competência prevista no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação da proposta de isenção do pagamento de taxas devidas pela ocupação dos lugares da feira semanal e do Mercado Municipal durante os meses de janeiro a dezembro de 2023 no seguimento da situação pandémica provocada pelo COVID-19.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

23. Presente ofício da Junta de Freguesia de Penso, a solicitar a concessão de um subsídio para a Construção da Casa Mortuária de Penso, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 638 de 20-01-2023 e no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 108.717,40€, para a Construção da Casa Mortuária de Penso.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

24. Presente ofício da União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 36.358,00€, para fazer face à despesa com a execução de um caminho de acesso ao depósito de água. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 642 de 20-01-2023 e no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 36.358,00€, para a despesa com a execução de um caminho de acesso ao depósito de água.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Presidência

25. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de isenção do pagamento da taxa anual aplicável a toda a ocupação do espaço público, nomeadamente das esplanadas e ainda as previstas no art.º 2.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Domínio Público, para o ano de 2023, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 142.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de isenção do pagamento da taxa anual aplicável a toda a ocupação do espaço público, nomeadamente das esplanadas e ainda as previstas no art.º 2.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Domínio Público, para o ano de 2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

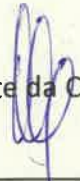
I- Período de Intervenção do Público

Não houve pedidos de intervenção.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 15.45 horas; foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Soraia Paz Domingues Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal


Manoel Batista Calçada Pombal